

A RELAÇÃO ENTRE O BRINCAR E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jaylane Oliveira Lima¹

Alessandra Lopes de Oliveira Castellini²

RESUMO

Este trabalho enquanto recorte de pesquisa das autoras, procura refletir relações entre o brincar e o desenvolvimento cognitivo das crianças na Educação Infantil, valorizando a importância do brincar na infância. Com abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica ancora-se nos estudos de Gil (2002), com análise de práticas lúdicas, recreativas e de lazer para o desenvolvimento cognitivo das crianças. A revisão bibliográfica ancora-se em autores que abordam a importância do brincar na formação das crianças, como Kishimoto (2005), Kramer (2007), Vygotsky (1998), Huizinga (2001), Luckesi (2002), Da Silva (2019) incluindo a legislação atual e as políticas educacionais à Educação Infantil, LDB (Brasil, 1996), DCNEIS (2010) e a BNCC (Brasil, 2017). Os resultados esperados procuram evidenciar os eixos estruturantes da Educação Infantil: Interações e Brincadeiras, refletindo o papel do brincar no desenvolvimento cognitivo das crianças e que mesmo tendo um direito assegurado pela legislação, ainda existem diversos desafios para implementação nas escolas de Educação Infantil, como, a falta de tempo, espaço, alfabetização precoce, a falta de formação adequada dos professores, dentre outros. Portanto, este estudo contribui para a compreensão da importância do brincar nas práticas pedagógicas, refletindo as barreiras existentes nesse processo, apontando caminhos para garantir práticas que viabilizem as interações e brincadeiras no cotidiano da Educação Infantil.

Palavras-chave: Brincar, Desenvolvimento cognitivo, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda reflexões sobre a relação entre o brincar e o desenvolvimento cognitivo das crianças na Educação Infantil, como recorte de pesquisa do curso de licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. A escolha

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Piauí- UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí, Jaylanelima31@email.com;

²Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Mestre em Educação, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, Pedagoga. Coordenação do Curso de Pedagogia – UFPI/CSHNB. Coordenadora do Projeto de Extensão: MULTILab – UFPI 2025 - 4ª Edição – PREXC-UFPI. Coordenadora do PIBID/CAPES Subprojeto Interdisciplinar: Pedagogia, Letras e História – Picos. Universidade Federal do Piauí – UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí. alessandralopes@ufpi.edu.br



pelo tema justifica-se pela necessidade de compreender o brincar como prática pedagógica essencial, uma vez que, embora seja direito assegurado pelas diretrizes legais da Educação Infantil: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017). A brincadeira ainda é, muitas vezes, tratada como atividade secundária, sendo vista apenas como atividade para ocupar o tempo das crianças, sem a devida intencionalidade pedagógica.

Nessa perspectiva, considera-se que o brincar, além de favorecer a socialização e a criatividade, é também uma forma de construção do pensamento, estimulando habilidades cognitivas fundamentais para a aprendizagem. Portanto, esse estudo fundamenta-se em autores como Kishimoto (2005), Kramer (2007), Vygotsky (1998), Huizinga (2001), Luckesi (2002). que reforçam sua relevância como eixo estruturante da prática pedagógica.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições do brincar para o desenvolvimento cognitivo das crianças e discutir os desafios enfrentados pelas instituições de Educação Infantil na efetivação desse direito. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, ancorada em autores clássicos e contemporâneos, bem como na legislação vigente.

Sumarizam-se nesse trabalho: o resumo, introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussão, considerações finais, agradecimentos e referências utilizadas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa baseada em Gil (2002) e caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a relação entre o brincar e o desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil. A fundamentação teórica está ancorada em autores como Kishimoto (2005), Kramer (2007), Vygotsky (1998), Castellini (2021), Huizinga (2001), Luckesi (2002) e Da Silva (2019). Além das diretrizes legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).



A análise concentrou-se em evidenciar a importância do brincar como eixo estruturante da Educação Infantil, bem como em identificar os principais desafios para sua efetivação nas instituições escolares.

REFERENCIAL TEÓRICO

É notório o desenvolvimento que o brincar proporciona às crianças na Educação Infantil, sendo reconhecido como direito fundamental e eixo estruturante da prática pedagógica pela legislação brasileira. A LDB (Brasil, 1996) assegura a Educação Infantil como etapa destinada ao desenvolvimento integral da criança, incluindo experiências que promovam crescimento físico, psicológico, social e intelectual.

As DCNEI (Brasil, 2010) orientam que as instituições devem oferecer espaços e atividades que favoreçam a socialização, a criatividade e o desenvolvimento cognitivo das crianças, enquanto a BNCC (Brasil, 2017) reconhece o brincar como eixo estruturante, articulando aspectos cognitivos, sociais, afetivos e físicos. Nesse contexto, percebe-se como a legislação brasileira da Educação Infantil respalda e assegura o direito ao brincar, garantindo que as crianças tenham acesso a experiências que promovam seu desenvolvimento integral.

A infância é uma fase marcada por experiências significativas de aprendizagem, que contribuem para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Segundo Kishimoto (2005), “a infância é, também, a idade do possível. Pode se projetar sobre ela a esperança de mudança, de transformação social e renovação moral” (p. 109). Para a autora, a infância é reconstituída pelo adulto, considerando valores e aspirações sociais, bem como memórias de sua própria infância, é reconstituir a infância expressa no brinquedo é, portanto, reconstituir o mundo real com seus valores e modos de pensar (Kishimoto, 2005, p. 110). Dessa forma, o brinquedo assume um papel fundamental na mediação entre a cultura do adulto e as experiências da criança, contribuindo para sua formação cognitiva e social.

O brincar é um elemento central da experiência infantil, que não deve ser reduzido apenas como um passa tempo ou ocupação, mas como uma prática social e cognitiva. Por isso, como cita Kramer (2007, p. 15) é fundamental reconhecer que, “as crianças são cidadãs, detentoras de direitos, capazes de produzir cultura e de serem produzidas nela, o que favorece entendê-las e compreender o mundo a partir de seu ponto de vista”. Dessa forma, o brincar não é apenas uma atividade lúdica, mas também um espaço de



desenvolvimento integral, que integra aspectos cognitivos, emocionais e sociais, consolidando a criança como sujeito ativo de sua própria aprendizagem.

Kishimoto (2005) ressalta que “a brincadeira é a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode-se dizer que é o lúdico em ação” (p. 111). A partir dessa concepção, compreende-se que a brincadeira não é apenas uma atividade espontânea, mas um momento em que a criança se apropria de regras, explora possibilidades e constrói sentidos. O lúdico, nesse contexto, ultrapassa a dimensão do entretenimento, tornando-se um espaço de experimentação, aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Da Silva (2019, p. 5) cita que, “a brincadeira consiste numa das necessidades principais da criança”. Ou seja, o brincar é uma atividade essencial para que a criança desenvolva sua identidade e autonomia, estabelecendo relações com si e com o mundo.

Para Vygotsky (1998), no brinquedo, a criança aprende a seguir regras, subordinando-se a elas e renunciando a ações impulsivas, o que, paradoxalmente, constitui o caminho para o prazer do brinquedo. O autor ainda enfatiza que compreender o desenvolvimento da criança requer atenção às necessidades e aos incentivos eficazes para colocá-la em ação, considerando que interesses variam conforme a idade. Assim, o brinquedo assume um papel essencial na formação infantil, pois possibilita à criança experimentar regras sociais e exercitar o autocontrole, ao mesmo tempo em que encontra prazer na atividade. Cabe ao professor reconhecer esse potencial e criar situações pedagógicas em que o brincar dialogue com as necessidades e interesses próprios de cada faixa etária, contribuindo para o desenvolvimento integral.

Nesse contexto, Huizinga (2001) amplia essa compreensão, citando que, “o jogo é uma função primária e necessidade da vida, anterior à cultura e à civilização”. (Huizinga, 2001, p. 13). Ou seja, o brincar é essencial à vida e deve ser valorizado na escola como parte essencial para o processo educativo das crianças. “No jogo, o homem cria um mundo à parte, um mundo de fantasia e imaginação, que é fundamental para o desenvolvimento da mente e da cultura” (Huizinga, 2001, p. 45). Essa concepção do autor reforça a importância do lúdico no ambiente escolar, reconhecendo-a como um meio de aprendizagem que aproxima a criança da cultura, possibilitando sua criatividade e imaginação.

Por isso, cabe ao professor organizar e inserir na rotina escolar a brincadeira e o jogo como práticas pedagógicas essenciais ao desenvolvimento humano. A escola deve atuar como mediadora do brincar, articulando-o ao desenvolvimento cognitivo e social



das crianças. Luckesi (2002) destaca que o planejamento do ensino é atividade fundamental na prática educativa, pois é ele que configura todas as ações que serão realizadas na escola do ponto de vista do ensinar-aprender. Nesse sentido, ao planejar intencionalmente momentos lúdicos, o professor possibilita que o brincar seja vivido como experiência significativa, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Diante do exposto, percebe-se que o brincar ocupa lugar central na Educação Infantil, sendo reconhecido tanto pela legislação brasileira quanto por diferentes autores como prática essencial ao desenvolvimento integral da criança. Mais do que um momento de lazer, a brincadeira constitui espaço de aprendizagem, socialização e construção de sentidos, no qual a criança se descobre como sujeito ativo e produtor de cultura. Nesse cenário, o papel do professor é indispensável, pois cabe a ele planejar, organizar e valorizar o lúdico como eixo estruturante do processo educativo, garantindo que a infância seja vivida em sua plenitude e contribua para a formação cognitiva, social e afetiva das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados e reflexões obtidos a partir da revisão bibliográfica evidenciam que o brincar ocupa um papel central no desenvolvimento cognitivo e integral das crianças na Educação Infantil. Nesse sentido, o brincar permite à criança experimentar regras, explorar possibilidades e construir significados, atuando como mediador entre a cultura adulta e a experiência infantil.

Além disso, Kishimoto (2005) ressalta que a reconstituição da infância pelo adulto, por meio do brinquedo, expressa valores, modos de pensar e agir, e o imaginário do próprio criador do objeto, o que evidencia a dimensão cultural e social do brincar. O autor também diferencia brincadeira, brinquedo e trabalho, enfatizando que se a atividade não depende da iniciativa da criança, ela deixa de ser jogo e torna-se trabalho, evidenciando que a intencionalidade da criança é essencial para o desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Vygotsky (1998) complementa essa perspectiva ao afirmar que, no brincar, a criança cria uma relação entre o campo do significado e a percepção da realidade. O brincar possibilita que a criança siga regras, renuncie a impulsos e ao mesmo tempo experimente prazer, promovendo aprendizagens complexas que transcendem o simples entretenimento (p. 130). Dessa forma, o brincar emerge como instrumento de



desenvolvimento cognitivo, permitindo que a criança exercite pensamento, criatividade e planejamento, enquanto interage socialmente.

Huizinga (2001) reforça, citando que o jogo é uma ação, realizada dentro de certos limites de tempo e espaço, seguindo regras próprias, com um fim em si mesmo, acompanhado de sensação de tensão e alegria. Ou seja, o jogo é essencial para a aprendizagem das crianças, essencialmente na Educação Infantil, pois trabalha os limites, regras e emoções das crianças. Com intencionalidade pedagógica, o jogo e a brincadeira carregam um grande significado e colaboram para as habilidades cognitivas, afetivas e motoras, ao mesmo tempo que vivencia a alegria e o prazer da infância.

Como cita Kramer (2007, p.15), “é específico da infância seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura”. Nesse viés, o brincar é uma forma da criança se apropriar do mundo, por meio da fantasia e da imaginação com experiências que constrói conhecimento e cultura. Para isso, é preciso o educador planejar com intencionalidade práticas que envolvam esses critérios, segundo Luckesi:

“no planejamento do ensino, o educador deverá ter definido aonde deseja chegar em termos da aprendizagem com os educandos, o que significa que estabeleceu os padrões (os critérios) de qualidade da aprendizagem” (Luckesi, 2002, p. 9)

Portanto, o planejamento pedagógico não pode ser algo improvisado, mas precisa estar ancorado em objetivos claros e em critérios de qualidade previamente definidos. Isso garante que as práticas educativas estejam direcionadas ao desenvolvimento integral dos educandos, assegurando que a avaliação da aprendizagem seja coerente com as metas estabelecidas. Assim, o professor atua de maneira consciente e responsável, favorecendo a construção efetiva do conhecimento.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico precisa reconhecer que a brincadeira se constitui em uma necessidade fundamental da infância. Da Silva (2019) reforça que:

“a partir da brincadeira, a criança se desenvolve em diferentes aspectos, tais como físico, emocional cognitivo e psicomotor, o que acaba por favorecer o fortalecimento da autoconfiança, autonomia, linguagem, pensamento, curiosidades, entre outros elementos importantes, que servem para a constituição desse sujeito”. (Da Silva, 2019, p. 18)

Essa afirmação reforça que a brincadeira não é apenas uma atividade recreativa, mas um eixo estruturante do desenvolvimento infantil. Ao possibilitar experiências motoras, cognitivas e emocionais, a ludicidade atua de maneira integrada, favorecendo a formação de sujeitos autônomos, criativos e confiantes.



O estudo desenvolvido por Castelini (2021) convoca educadores a fazerem uma reflexão sobre as formas de tratar a ludicidade nas práticas educativas. Conforme a autora,

“o brincar pode ser transformado em estratégia pedagógica, no processo de ensino e aprendizagem, instigando as crianças de forma lúdica para que descubram por meio de uma maneira interessante, ativa e divertida modos de aprender e se desenvolver” (Castelini, 2021, p.401).

Apesar do reconhecimento do brincar na legislação vigente e de diversos autores renomados que comprovam os benefícios do brincar, as instituições de Educação Infantil ainda enfrentam desafios significativos para implementar práticas lúdicas de forma efetiva. A pressão por alfabetização precoce, a limitação de espaços adequados, a escassez de tempo destinado a atividades lúdicas e a formação docente insuficiente comprometem a execução de momentos de brincadeira planejados.

Esses obstáculos revelam que, embora o brincar seja um direito assegurado e reconhecido como eixo estruturante do desenvolvimento infantil, sua efetivação no cotidiano escolar muitas vezes é limitada. Segundo Kramer (2007):

“As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna.” (Kramer, p. 21, 2007)

Embora o brincar seja reconhecido como direito e prática essencial, sua efetivação ainda enfrenta barreiras. Muitas escolas lidam com limitações de espaço, tempo e infraestrutura, o que restringe as experiências lúdicas no cotidiano. Assim, a garantia do brincar depende não só do professor, mas também de políticas públicas e condições sociais que assegurem às crianças uma infância digna e plena.

Da mesma forma, Da Silva (2019) alerta que a ausência de atividades presenciais e significativas, substituídas por dispositivos digitais, prejudica o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança. Portanto, superar esses desafios exige políticas públicas consistentes, infraestrutura adequada, planejamento pedagógico intencional e formação docente qualificada, de modo que o brincar possa cumprir seu papel de promover aprendizagens significativas, socialização, autonomia e desenvolvimento integral.

Diante dessas análises, verifica-se que, embora a legislação e a teoria reconheçam a centralidade do brincar, a prática nas instituições de Educação Infantil ainda enfrenta desafios significativos. A pressão por alfabetização precoce, a limitação de espaços, a falta de tempo para atividades lúdicas e a formação docente insuficiente restringem a



efetivação do direito ao brincar. No entanto, os estudos indicam que, quando planejado e mediado de forma intencional, o brincar favorece a construção de conhecimentos, a socialização, a autonomia, a criatividade e o desenvolvimento integral da criança, configurando-se como eixo estruturante das práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou a importância do brincar na Educação Infantil, destacando-o como direito fundamental e eixo estruturante do desenvolvimento integral das crianças. A revisão bibliográfica demonstrou que a ludicidade vai além do entretenimento, constituindo-se em espaço de aprendizagem, socialização, construção de sentidos e exercício da autonomia.

A legislação brasileira, por meio da LDB (Brasil, 1996), das DCNEI (Brasil, 2010) e da BNCC (Brasil, 2017), respalda o direito ao brincar, orientando as instituições a promoverem experiências que favoreçam o crescimento físico, cognitivo, social e afetivo da criança. No entanto, apesar do reconhecimento teórico e legal, a prática ainda enfrenta desafios significativos, como limitação de espaços, pressão por alfabetização precoce, restrição de tempo para atividades lúdicas e formação docente insuficiente.

As análises realizadas indicam que, quando o brincar é planejado e mediado intencionalmente pelo professor, ele contribui para o desenvolvimento integral da criança, favorecendo a criatividade, o pensamento crítico, a socialização e a construção da identidade. Destaca-se, ainda, a importância de políticas públicas consistentes e de uma formação docente qualificada, que possibilitem às instituições de Educação Infantil superar barreiras e garantir experiências lúdicas significativas.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de novas pesquisas que explorem práticas pedagógicas inovadoras e estratégias para integrar o brincar de maneira efetiva ao cotidiano escolar, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Piauí pelo apoio institucional, à minha orientadora, Professora Alessandra Casteleni, pela orientação e incentivo, ao CONEDU, pela oportunidade de apresentar e socializar os resultados deste trabalho, e à Coordenação



de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro que tornou este estudo possível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, 1996.

BRASIL Ministério da Educação [MEC]. Secretaria de Educação Básica [SEB]. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

CASTELINI, Alessandra Lopes de Oliveira. **A Literatura em Multiformatos com Princípios do Desenho Universal para Aprendizagem: Caminhos para Inclusão e Diversidade**. 579f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale. Novo Hamburgo, BR-RS, 2021. Disponível em: <https://pergamum.feevale.br/acervo/281536>.

DA SILVA, Maria das Graças. **A importância do brincar na Educação Infantil**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. 5ª edição, coleção Estudos, Editora Perspectiva, 2001. ISBN 978-85-273-0075-9.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8ª ed. São Paulo. Cortez, 2005.

KRAMER, Sonia et al. **A infância e sua singularidade**. BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de, v. 6, p. 19-21, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. Ecos Revista Científica, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

